

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE  
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 45ª REUNIÃO**

Data: 29 de setembro de 2005

Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

**PARTICIPANTES CTPOAR:**

- Ministério das Cidades: Tatiana Benevides (tatiana.benevides@cities.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Ana Teresa Matto Pontes (ana.teresa@dnocs.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Francisco Lopes Viana (fcoviana@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- Ministério da Saúde: Andréa S. e Silva (andrea.silva@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Maricene M. O. M. Paixão (outorga@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordello Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Adson Brito Monteiro (adnbritto@yahoo.com.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br)
- Conselhos Estaduais PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdr@uol.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Antônio Marques de Souza (antonions@sanepar.com.br)
- Indústria: ausente
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@semarh.goias.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

**CONVIDADOS:**

- Alexander Gonçalves da Silva – CEMIG – (agsacamp@cemig.com.br)
- Carlos Pedroza de Andrade – ABINAM – (abinam@terra.com.br)
- Célia Regina Buono Poeta – SMA – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- Claudia Blanco de Dios – ELETROBRÁS – (claudia.dios@eletrobras.com)
- Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- José Cupertino Tenório Netto – SGM/MME – (jc-tenorio@uol.com.br)
- Leonardo Mitre – ANA – (mitre@ana.gov.br)
- Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES – (mgmdiniz@yahoo.com.br)
- Marco Antônio Félix – Câmb. Dep. – (marcofelix@camara.gov.br)
- Rodrigo Laborne Maltroli – SRH/MMA – (rodrigo.maltroli@mma.gov.br)

**PARTICIPANTES CTAS**

- Sr. Adson Brito Monteiro - CERH/PE/PB - (adsbritto@yahoo.com.br)
- Sr. Carlos Alberto Martins - CERH/RN/AL - (cmartins@rn.gov.br)
- Sr. César Augusto P. Grandchanp – Indústrias - (cpg@mbr.com.br)
- Sr. Elcio Linhares Silveira - CERH/SP/RJ - (elciols@uol.com.br)
- Sr. Emanuel Teixeira de Queiroz DNPM/MME (emanuel@dnpm.gov.br)
- Sr. Fernando Roberto de Oliveira MMA/ANA (fernando@ana.gov.br)

- Sr. Jaime Felício Paulo – MCT - (jpaulo@mct.gov.br)
- Sr. João Carlos Simanke de Souza - Prestadores - (jsimanke@sabesp.com.br)
- Sr. Osmar José Gualdi – Comitês - (comitepardo@serhs.sp.gov.br)
- Sra. Cláudia Ferreira Lima – MMA/SRH - (claudia.lima@mma.gov.br)
- Sra. Cristina Orphêo – ONG - (corpheo@vitaecivilis.org.br)
- Sra. Gislene Maria dos S. Nogueira - CERH/DF/GO - (gis\_nog@hotmail.com)
- Sra. Maricene M. de O. M. Paixão CERH/MG/ES (outorga.subt@igam.mg.gov.br)
- Sra. Neiva Coelho – Pescadores e Turismo - (neiva.coelho@ctbctelecom.net.com.br)

## RELATORIA CTPOAR

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)
- Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

## ASSUNTOS DISCUTIDOS

Às 09h40 do dia 29 de setembro do ano de dois mil e cinco, sob a presidência do Sr. João Carlos Simanke de Souza (Presidente da CTAS) e da Sra. Leila de Carvalho Gomes (Presidente da CTPOAR), procedeu-se a continuidade da Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS e a abertura da 45ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Estas Câmaras se reuniram conjuntamente durante o período matutino do dia 29/09/2005. Os presidentes agradeceram a presença de todos, e passaram diretamente para o *Item 2* da pauta a *Apresentação da CPRM, pelo Geólogo Carlos Schobbenhaus* sobre a *"Carta do Brasil ao Milionésimo e a Retomada do Mapeamento Geológico Básico"*. O Sr. Schobbenhaus iniciou a palestra apontando a missão do Serviço Geológico do Brasil, como a de gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrogeológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil e que nesse sentido haveria, no âmbito do Plano Plurianual Anual - PPA, um programa definido como Geologia do Brasil, tendo como metas os levantamentos geológicos básicos e atualização e difusão de dados da geologia do Brasil e que para tanto estavam sendo elaborados o mapeamento geológico do Brasil, nas escalas 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000, levantamentos geofísicos e levantamentos geoquímicos. Mencionou os fundamentos desse programa como sendo o avanço no conhecimento geológico do Brasil; a retomada do ciclo de geração de jazidas minerais; a avaliação dos recursos hídricos subterrâneos; o fortalecimento dos sistemas estaduais de geologia e recursos minerais; a indução do setor de serviços em geologia, geofísica, geoprocessamento, laboratório, etc; o incremento no conhecimento geocientífico e capacitação de recursos humanos. Apresentou os critérios para seleção de folhas; as metas para 2004 – 2007 referentes ao levantamento geológico para as escalas citadas e a origem dos recursos (PPA, MME fonte 142 e convênios com governos estaduais fonte 281). Comentou sobre a atualização e difusão dos dados da geologia do Brasil, com ênfase para a Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo sendo considerado o maior projeto das geociências do país em SIG, que contou com uma equipe técnica de 192 técnicos (81 de nível médio e 111 de nível superior). Como características desse projeto destacou o conjunto de 46 folhas integrais ou parciais (6ºlong. x 4ºlat.) em meio digital associado a diversas bases de dados relacionais (Sistema Geobank) - Corte Cartográfico CIMM; os dados de Cartografia Geológica obtidos por compilação (arquivos digitais em diversas escalas e formatos), a análise crítica, integração e interpretação dos dados disponíveis; os trabalhos adicionais de geologia de campo, interpretação de imagens de satélite, análises isotópicas e geocronológicas e procedimentos de generalização, filtragem e fusões digitais com adequação à escala 1:1.000.000. Como

produtos publicados: 46 cartas em 41 CDs contendo *software* de livre distribuição – ARCEXIBE com visualização e gerenciamento de dados em formato *shapefile*, *grid* e *geotiff*. Ressaltou os produtos acessados em ambiente SIG que permitem modelagens, interações e atualizações: unidades litoestratigráficas (3.200)+kimberlitos (1.200); estruturas; recursos minerais (28.249); imagens de satélites Landsat-TM (*Thematic Mapper*) e ETM+ (*Enhanced Thematic Mapper Plus*) com resolução de 100 m (*Geotiff*); imagens de integração dos satélites Landsat-TM, ETM+ e JERS1-SAR, para as folhas da Amazônia; modelo digital de terreno - resolução de 100 m (*grid* ArcInfo); modelo digital de terreno - resolução de 500 m (imagem *Geotiff* e *grid* zipado); imagem *Geotiff* de aeromagnetometria, campo total; imagem *geotiff* de Aerogamaespectrometria, contagem total; imagem *geotiff* de gravimetria, anomalia *free air*; sítios fossilíferos (480 sítios com 2.137 fósseis); datações geocronológicas (SHRIMP, U-Pb, etc.) (550); geoquímica de sedimentos de corrente e de rochas; dados de altimetria e pontos cotados; base cartográfica digital: correção geométrica com imagens LANDSAT 5-7 e JERS; mapa tectônico: encarte no arquivo de impressão área oceânica (batimetria, isópacas das bacias, estruturas, campos de óleo & gás, ilhas); principais fontes utilizadas na compilação da cartografia geológica; arquivo com 3.328 referências bibliográficas relativas à geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil e reservas naturais e áreas indígenas. Finalizando comentou sobre o projeto carta geológica e de recursos minerais da América do Sul, 1:1.000.000, a ser elaborado pela Associação de Serviços Geológicos e Mineiros Ibero-Americanos. Concluída a apresentação o Sr. Simanke (Presidente da CTAS) parabenizou a CPRM pela realização do trabalho a partir de uma equipe restrita que teve um esforço concentrado, mas que revelou um grande avanço, o que foi também enfatizado pela Sra. Leila (Presidente da CTPOAR) que complementou comentando sobre a integração e questionando a possibilidade de visitas ao laboratório responsável e o custo do material disponível em CDs. O Sr. Schobbenhaus informou que o custo de aquisição seria de R\$ 400,00 o conjunto, CDs individuais R\$ 15,00 e que as instituições governamentais que solicitassem estariam recebendo gratuitamente. Comentou também que atualizações estão previstas. *Item 3 - Reunião conjunta com a CTPOAR para continuidade da análise da Proposta de Resolução que estabelece ações de integração entre a pesquisa e lavra de águas minerais, termais, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos.* O Sr. Simanke (Presidente da CTAS), introduzindo o assunto rememorou o envio do Ofício nº 48/2004/CTAS, à CTIL, que solicitava uma análise dos aspectos legais e institucionais da questão que envolvessem ações de integração entre a pesquisa e lavra de águas minerais, termais, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos, o que fomentou a suspensão da apreciação da matéria até que os Ministérios envolvidos se manifestassem. Disse que, diante da manifestação recebida pela CTIL (Ofício nº 33/2005/CTIL/CNRH, de 15/09/2005), indicando a outorga de direito de uso dos recursos hídricos para as águas minerais, a discussão deveria ser retomada a partir de uma proposta de resolução tratando do assunto, sendo restrita à dois artigos, um determinando a aplicação da outorga e outro definindo que os estados seriam responsáveis pela forma de integração para os procedimentos de outorga de direito de usos de recursos hídricos e de lavras. Nesse momento a Sra. Leila (Presidente da CTPOAR) informou que a CTPOAR não havia discutido a matéria em separado, mas que acreditava que a proposta de resolução fosse orientativa, e que os membros da CTPOAR deveriam se manifestar quanto ao encaminhamento, bem como a metodologia de condução e formato da proposta de resolução. O Sr. Roberto (SRH/MMA/CTPOAR) comentou que a proposta de resolução não deveria ferir os dois sistemas existentes em questão, que resoluções específicas são bem vindas e que podem ser objetivas e compactas, se houver necessidade. O Sr. Helder Torres (MME/CTPOAR) informou que na 78ª reunião da CTIL, cujo tema compôs a pauta, a votação não foi unânime. Lembrou que o MME tardiamente enviou o parecer sobre

o tema, contrário ao parecer do MMA. Por essa discordância insistiu no envio do tema, através do MME, à AGU, apesar do posicionamento da CTIL. Retratando o caráter específico do tratamento das águas minerais em legislação, ponderou a situação a partir da Resolução CNRH nº 29 que exclui as águas minerais do contexto desta resolução que trata de outorgas de recursos hídricos para atividades minerárias. Disse que, a proposta de resolução, para disciplinar o assunto não deveria tratar de outorga para águas minerais e sim de integração de procedimentos, como já acontece com as portarias de lavras e as licenças ambientais, assim estariam sincronizando as concessões a partir dos procedimentos adotados pelo DNPM. Ainda comentou sobre a semelhança das duas outorgas e ressaltou que o DNPM estaria disposto a integrar os procedimentos, assim não necessitando da outorga de uso de recursos hídricos. A Sra. Leila (Presidente da CTPOAR) disse que o Sr. Helder estaria realizando uma leitura equivocada quanto à Resolução CNRH nº 29, que trata de um assunto específico para a área mineral e que não haveria impedimento para outras resoluções específicas como seria a proposta de resolução em questão. Comentou que a questão não foi de exclusão e sim de especificidade. Lembrou de outras atividades empresárias do MME que estão sujeitas à duas outorgas, citando a geração de energia elétrica, que recebe uma outorga de direito de uso de recursos hídricos e uma concessão para exploração do potencial hidráulico para a geração de energia elétrica. Ainda lembrou que o MME aceitou a outorga de direito de uso de recursos hídricos, para geração de energia elétrica, baseado no uso múltiplo das águas, o que também se aplicaria as águas minerais, não se justificando a resistência do MME quanto a essa questão. O Sr. Roberto (SRH/MMA/CTPOAR) falou sobre as visões distintas dos setores envolvidos e que o fato traria segurança para os empreendedores e seria respeitada a situação de prioridades do uso da águas, ou seja, abastecimento humano. Solicitou que os espíritos fossem desarmados para uma apreciação adequada para o processo de gestão como um todo. O Sr. Adson (CERH PE/PB) comentou sobre a existência dos dois sistemas que se encontram em disputa, mas que deveriam estar integrados e que em seu Estado o DNPM não considera os dados estaduais sobre recursos hídricos/outorgas. Disse que o órgão de recursos hídricos jamais poderia gerenciar sem conhecimento das lavras de águas minerais. Apresentou sua proposta como sendo de uma resolução simples, compacta remetendo a situação de integração para os estados, devido aos seus padrões específicos, tanto para outorga como para licenciamento. Lembrou da existência das Câmaras Técnicas Estaduais de Águas Subterrâneas e que estas se responsabilizariam pela elaboração das resoluções para seus estados. Advertiu quanto a necessidade da troca de informações entre essas CTs. O Sr. Emanuel (DNPM/MME/CTAS) também comentou sobre a Resolução CNRH nº 29, quanto a exclusão das águas minerais do contexto da resolução, ratificando a necessidade de que a resolução em questão tratasse de integração de procedimentos e não de definição de outorga de direito de uso de recursos hídricos para águas minerais. Comentou também sobre a Resolução CNRH nº 16 que disciplina a outorga de direito de uso de recursos hídricos, mas não define esse ato administrativo para as águas minerais. Disse que quem mais possui interesse na integração seria o setor minerário-MME e que o princípio da integração estaria nos órgãos de recursos hídricos reconhecerem a portaria de lavra, como outorga de recursos hídricos, para não ser gerada uma disputa entre as autorizações. Indicou acreditar que havendo modificação na vazão, por parte do órgão de recursos hídricos, o DNPM acataria, sendo este o espaço para a construção da integração. Finalizando disse que seriam dois instrumentos com tempos diferenciados e enfatizou que o DNPM estaria aceitando a vazão definida pelo órgão de recursos hídricos, caso contrário o conflito estaria armado e outras instâncias seriam buscadas. A Sra. Leila (Presidente da CTPOAR) disse que a vontade da integração deveria prevalecer, pois o benefício maior recairia sobre o empreendedor. Ressaltou a importância da manifestação prévia para os cálculos de balanços hídricos que precisam das informações relacionadas ao uso e interferência de recursos hídricos na mineração. Ainda quanto a

Resolução CNRH nº 29, leu o art. 9º, para dirimir todas as dúvidas quanto as águas minerais nessa resolução. Sustentando a necessidade de integração lembrou da inserção da saúde (potabilidade), na outorga de direito de uso de recursos hídricos e destacou que o desafio estaria em como integrar todos os sistemas. O Sr. Élcio (CERH/SP-RJ/CTAS) disse que, considerando o que foi dito pelos representantes do MME, ou seja, que reconhecem que a água mineral seria também recursos hídricos, seria possível prosperar na minuta de resolução que integrasse os sistemas e que com essa integração o empreendedor já iniciaria o diálogo com a área de recursos hídricos antes da pesquisa de lavra. Comentou sobre as características da outorga de lavra que não considera o abastecimento da cidade, característica essa da outorga de direito de uso de recursos hídricos e que as informações das lavras seriam importantes para viabilizar o gerenciamento dos recursos hídricos, conseqüentemente garantias para o empreendedor. O Sr. César (Indústrias/CTAS) disse que a integração já estaria ocorrendo, mas que estaria faltando a criação de instrumentos para consolidá-la. Ratificou os procedimentos envolvendo o sistema ambiental e o de águas minerais, ou seja, necessidade da LI e LO para o estabelecimento da outorga de lavra. Afirmou que a integração entre o DNPM e os órgãos de recursos hídricos, a partir do momento que o empreendedor teria que apresentar a vazão requerida e que a licença de pesquisa funcionaria como uma outorga prévia e externou que a “questão estaria quase resolvida, pois as coisas estariam acontecendo”. O Sr. Leonardo (ANA/CTPOAR) lembrou que a outorga seria uma forma de concessão existente desde 1934 com o Código de Águas e das características da Lei nº 9433/97 que determinou uma nova estrutura de gestão, sendo ela participativa, por bacia o que implicaria numa relação entre as águas subterrâneas e superficiais, sendo que somente um órgão isento poderia outorgar. Disse que o trabalho de integração passaria pelo ato de implementar uma Resolução onde todos os atores seguiriam as mesmas regras, sendo este o papel das Câmaras Técnicas. O Sr. Fernando (ANA/CTAS) acenou sua alegria diante da possibilidade de entendimento que o grupo estaria buscando, considerando a abertura que o Sr. Emanuel estaria demonstrando, bem como a partir das manifestações dos estados (MG, PR e BA) que já outorgam, como recursos hídricos, as águas minerais, mas que isso precisaria ir para o papel. A Sra. Célia (SMA/SP) mencionou que o ponto principal seria de visualizar a água mineral diferente de outros bens minerais, sendo este renovável; que seria preciso verificar a viabilidade econômica juntamente com o licenciamento ambiental, além do segmento responsável pelos recursos hídricos, cujo olhar o DNPM não possui, sendo estes com uma visão sustentável além da viável. Disse que o órgão de recursos hídricos deveria observar todos os usos que interferem na bacia, inclusive as águas minerais. A Sra. Vera (CERH/RN-PB/CTPOAR) lembrou dos instrumentos da Política Nacional como: os instrumentos de articulação e mobilização social, planejamento, operação e informação quando aplicados em uma bacia hidrográfica atingem todos os setores usuários, dessa forma contemplar o setor usuário da água mineral nos procedimentos integrados da gestão dos recursos hídricos e da gestão ambiental é um atendimento e cumprimento da Lei 9.433/97 e se em algum momento isso deixar de ser cumprido a sociedade civil como usuária cobrará do poder público o “porque” desse tratamento diferenciado. O Sr. Carlos Pedroza (ABINAM) informou ter protocolado, naquele dia, o Ofício nº 865/65 – ABINAM e que a ABINAM nunca se opôs a ação integradora, mas que a União Federal estaria dividida a partir dos pareceres contrários apresentados pelo MME e MMA. Complementou dizendo que o MME não enviou o seu parecer fora do tempo, pois não havia prazo determinado no Ofício de solicitação. Disse que esperaria que esse discurso se transformasse em redação, afinal por sua opinião a instância adequada para a discussão desse assunto seria a Casa Civil, pelo fato da existência de pareceres contrários e não conclusivos. Comentou sobre a necessidade de um único parecer demonstrando o entendimento da matéria e com boa forma legal. Pediu para fazer a leitura do Ofício que a ABINAM encaminhou a CTIL, CTPOAR, CTAS e CNRH, em

nome do atual Secretário de Recursos Hídricos, o que não foi acatado. Finalizando disse ser necessária a verificação de todos os limites desta ação e rogou por uma reflexão em esfera superior, conforme descreve o Ofício, além de serem consultados todos os órgãos competentes e juristas. Informou que o documento fora encaminhado no dia 28/09 por e-mail. O Sr. Simanke (Presidente da CTAS), enfatizou o romantismo existente nas manifestações que mencionaram integração, considerando os casos já ocorridos, citando São Lourenço, e que a falta de integração somente aumentaria os trabalhos dos advogados. Disse sentir a disposição dos membros das CTs à discussão e a integração dos procedimentos e que para tanto solicitava que os conflitos jurídicos fossem tratados somente na CTIL e diante das demonstrações daria continuidade as discussões sobre procedimentos e não pela leitura do Ofício encaminhado pela ABINAM, devido as características jurídicas que o documento apresentaria e ressaltou o caráter técnico que as Câmaras Técnicas se restringem a discutir. O Sr. Carlos Pedroza (ABINAM) insistiu na leitura do documento em nome do direito e da democracia e solicitou que constasse na ata da reunião os seus protestos quanto a nulidade por esses trabalhos que vão se desenvolvendo. A Sra. Leila (Presidente da CTPOAR) comentou que a leitura não procederia, pois para ter valor legal de apreciação na reunião da CTAS e CTPOAR ele teria de ter sido encaminhado pelo Secretário Executivo do CNRH previamente e que o Ofício encaminhado pela CTIL seria claro e objetivo quanto a outorga de direito de uso de recursos hídricos para água mineral e que as discussões jurídicas seriam de competência da CTIL, assim consultou os membros das CTs quanto a leitura do documento que ressaltava meramente a parte legal do tema. O Sr. Carlos Pedroza (ABINAM) novamente insistiu quanto a leitura do documento, ressaltando o respeito da democracia, o exercício do direito e o princípio da ampla defesa, afirmando ainda que a ABINAM teria encaminhado formalmente, ao CNRH em forma de petição e foi recepcionada. A Sra. Leila (Presidente da CTPOAR) para a conclusão do assunto, encaminhou para votação, consultando os membros das duas câmaras técnicas presentes sobre a pertinência da leitura ou não do documento, conforme solicitado pelo convidado Sr. Carlos Pedroza. Sob o argumento de que, naquele momento, caberiam discussões técnicas e não de ordem legal, foi definido em votação pela maioria dos membros das Câmaras a manutenção da pauta original e a não leitura do ofício encaminhado pela ABINAM, assim foram 21 (vinte e um) votos para a continuidade da reunião sem discussão jurídica e conhecimento do conteúdo do Ofício, 1 (um) voto contra (DNPM/MME) e 2 (duas) abstenções (MME e Indústrias). O representante das Indústrias na CTAS, Sr. César (Indústrias/CTAS), justificou sua abstenção, por não ter conhecimento do conteúdo do documento e pela forma inadequada do encaminhamento do documento que deveria ter sido feito através do segmento Indústrias. O representante do MME na CTPOAR, Sr. Helder (MME/CTPOAR), disse que não poderia votar por causa do desconhecimento do conteúdo do documento pelo segmento das indústrias, que é o segmento que representa, nas Câmaras Técnicas do CNRH, a ABINAM, o que, na sua opinião demonstrava falta de sincronia entre os mesmos. Finalizando essa discussão, o Sr. Altamirano (CERH/BA-CTPOAR) ressaltou o respeito as opiniões existentes na CTPOAR e que poucas vezes as matérias/conduções, precisaram ser concluídas através de votações, o que desvirtuava o comportamento da Câmara Técnica. A Sra. Andréa Silva (MS/FUNASA/CTPOAR) reiniciando as discussões técnicas lembrou da dinâmica própria das outorgas (lavra e de direito de uso de recursos hídricos) não podendo ser eternas. Disse ainda que as Câmaras Técnicas são locais adequados para a conciliação de conflitos e citou a CTAP e o conflito referente ao nível mínimo do reservatório considerando o uso múltiplo das águas. O Sr. Cláudio (ONGs/CTPOAR) disse não existir diferença de pensamento entre os pareceres, somente referem-se as competências de cada órgão, sendo uma outorga de acesso e a outra de controle. Comentou desejar um maior controle social nos processos e que partissem o mais breve possível para a elaboração da proposta de resolução. O Sr. Altamirano (CERH/BA-

CTPOAR) comentou que estariam criando problemas onde não existem, afinal a Bahia já integraria os procedimentos desde 1995 e citou que na reunião conjunta da CTPOAR e CTAS, de 2004, um dos diretores da CPRM questionou-o sobre o banco de dados da SRH/BA e disse que gostaria de ter acesso, mas que ainda não o procurou. Comentou que a CPRM não possuía capacidade de fiscalização e ferramentas como um banco de dados. Ponderou que o gerenciamento atual seria da Secretaria da Fazenda, a partir da colocação de hidrômetros, afinal não bastaria somente a lavra, pois está havendo perda de arrecadação e esse fato também estaria ocorrendo no Rio Grande do Norte. Disse que os banco de dados poderiam já estar disponíveis, conseqüentemente modelagens que estariam fomentando os estudos de lavras. O Sr. Fernando (ANA/CTAS) solicitou que o grupo sedimentasse a idéia de integração e que fosse mais efetivo para a discussão do assunto, a partir de uma comissão mista entre as CTs. O Sr. Leonardo (ANA/CTPOAR) disse ser necessária a integração, a informação disponibilizada e a definição de tempos e movimentos e que isso deveria constar em uma resolução, que acreditava não ser tão simples, conforme apontado pelo Sr. Simanke, pois afinal a outorga em si já estaria em Lei, sendo necessária escrever as formas de integração. Sugeriu que a discussão fosse realizada na CTPOAR, sem haver nenhum desmerecimento à CTAS, mas sim um crédito à CTPOAR, considerando o desgaste já sofrido pelos membros da CTAS. Essa também foi a proposta da Sra. Vera (CERH/RN-CTPOAR). O Sr. Zoltan (CERH/BA-CTAS) manifestou-se favorável a sugestão do Sr. Leonardo, mas ponderou sobre o histórico e o ganho de conhecimento, que a CTAS obteve nesses 2 anos, 10 meses e 7 dias, que esse assunto vem sendo discutido na CTAS. Mencionou a praticidade que a CTPOAR possui de trabalhar com procedimentos, podendo assim caracterizar um novo nascimento, um novo tempo para as discussões desse tema. Disse ser favorável a proposta de resolução simples, mas que acolhesse as soluções já existentes nos Estados que fazem essa integração. O Sr. Adson (CERH/PE-CTAS) ratificou sua sugestão de uma resolução mais simples, com encaminhamento para as CTs estaduais detalharem os procedimentos. A Sra. Vera (CERH/RN-CTPOAR) disse que a resolução deveria sair muito bem feita e que o CNRH possuía *now how* para a elaboração, que seria muito discutida e que liquidassem as dúvidas, casos os estados não se apresentem mais restritivos em suas resoluções. O Sr. Helder (MME/CTPOAR) reafirmou a necessidade da criação de um grupo também formado pela CTAS devido aos valores dessa CT. A Sra. Maricene (CERH/MG/ES-CTPOAR) pactuando com a sugestão do Sr. Helder disse não ver sentido da discussão somente na CTPOAR, pois a CTAS teria muito a contribuir. Retomando a palavra o Sr. Helder (MME/CTPOAR) opinou sobre a resolução, que deveria ser simples, mas que abordasse procedimentos básicos, para tanto não se limitaria em dois artigos. O Sr. Leonardo (ANA/CTPOAR) falou que a resolução deveria tratar de integração de procedimentos, sem ferir as formas definidas pelos estados que já executam a integração. Explicou que na sua intenção a proposta estaria sendo elaborada pela CTPOAR e depois retornaria a CTAS, para verificar a possibilidade da discussão tomar um novo sentido. O Sr. Emanuel (DNPM/CTAS) lembrou que o que atravancou o desenvolvimento do assunto foram as questões jurídicas e que não observava o porque de ser elaborada pela CTPOAR. A Sra. Leila (Presidente da CTPOAR) manifestou-se favorável ao grupo misto CTAS e CTPOAR, o que na sua visão agilizaria o entendimento da questão. Ressaltou a necessidade de participação dos órgãos gestores de recursos hídricos no GT. Nesse momento o Sr. Simanke (Presidente da CTAS) retirou sua proposta de resolução com um ou dois artigos, diante das argumentações, referentes a integração. Sintetizou a existência de duas propostas para o grupo que elaboraria a proposta de resolução, sendo: 1. grupo misto CTAS e CTPOAR e 2. grupo CTPOAR e validação, da proposta de resolução, conjunta. Antes do encaminhamento o Sr. Leonardo (ANA/CTPOAR) lembrou que qualquer reunião de GT ou CT do CNRH seria aberta ao público e que os membros da CTAS que estão em seus trabalhos envolvidos com outorga de recursos hídricos poderiam estar participando do grupo,

além de outros convidados. O Sr. Fernando (ANA/CTAS) destacou a necessidade da participação, em qualquer das formações do GT, da indústria e do DNPM e que o GT não deveria ser composto somente por governo. O Sr. Élcio (CERH/SP-CTAS) sugeriu que fossem convidados técnicos envolvidos com licenciamento e saúde. Após a consulta aos membros das CTs, deliberaram pela criação de um GT misto com membros da CTAS e CTPOAR e que as datas das reuniões desse GT fossem próximas as datas de reuniões da CTPOAR. Para a composição do GT foram sugeridas as seguintes instituições, ressaltando que teriam membros titular e suplente, cada um de uma das CTs, respectivamente: *indústrias* (membro da CTPOAR – titular do GT), *ANA* (membro da CTPOAR - titular do GT), *autoridade outorgante - BA* (membro da CTPOAR - titular do GT), *autoridade outorgante - PE* (membro da CTPOAR - titular do GT), *autoridade outorgante - RN* (membro da CTPOAR - titular do GT), *autoridade outorgante - SP* (membro da CTPOAR - titular do GT), *autoridade outorgante - MG* (membro da CTAS - titular do GT), *autoridade outorgante - DF* (membro da CTAS - titular do GT), *autoridade outorgante - ES* (membro da CTPOAR - titular do GT), *MME* (membro da CTPOAR - titular do GT), *DNPM* (membro da CTAS - titular do GT), *Prestadores* (membro da CTPOAR - titular do GT), *ONGs* (membro da CTPOAR - titular do GT), *Comitês* (membro da CTAS - titular do GT) e *SRH* (membros da CTPOAR e da CTAS). A reunião conjunta foi finalizada às 13h05. As 14h55, foi reiniciada a 45ª reunião da CTPOAR, a partir do item 4 da pauta. *Item 4 - Aprovação da das Atas da 43ª e 44ª Reunião da CTPOAR* As atas foram aprovadas com modificações no documento da 44ª Reunião. *Item 5 - Análise das contribuições referentes ao Ofício nº 16 da CETEM*. Para iniciar a discussão a Sra. Leila (CERH/SP) questionou sobre a metodologia a ser adotada para o desenvolvimento do tema. Acordaram que, individualmente, fossem apresentadas as sugestões agrupadas em educação formal e informal. A primeira sugestão apontada e aceita foi a de capacitação de representantes nos Comitês de Bacias Hidrográficas, de modo a explicitar as suas atribuições no que diz respeito a gestão de recursos hídricos. Decidiram que as sugestões apresentadas deveriam sempre acenar para a racionalização do uso da água para públicos diferentes. Quanto as sugestões o Sr. Altamirano (CERH/BA) comentou sobre a dificuldade de se preparar a população para a criação de um comitê, e questionou a todos quanto a forma de executar. Informou que o Banco Mundial em seus projetos sempre envolve a questão de educação ambiental, com intuito de formar a sociedade, principalmente as crianças como futuro usuário. Finalizando comentou que o marco para essa formação seria a partir de uma nova legislação tanto para cobrança como para formação de comitês. A Sra. Vera (CERH/RN) informou que a CETEM do CERH/RN está com o desafio de estimular a presença dos membros da CETEM/CERH nas reuniões e assim poder gerar bons produtos. Leu documento que propôs mecanismos para melhorar o processo de trabalho junto ao usuário, o que fomentou as sugestões para os desafios a serem atingidos durante a década da água. Comentou sobre a dificuldade existente da integração dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos no âmbito dos órgãos gestores. O Sr. Altamirano (CERH/BA) falou sobre a dificuldade para a educação ambiental que em sua opinião baseava-se na ausência de uma política/leis, ou seja, situações estarem definidas. Baseada nessa dificuldade que a SRH/BA escreveu seus procedimentos para o alcance de uma certificação ISO. Ainda ponderou sobre a necessidade dos estados consolidarem seus procedimentos por escrito, respeitando as características de cada região. A Sra. Célia (SMA/SP) informou que Secretaria de Meio Ambiente possui área específica que trata de educação ambiental devido a importância do tema e para a sua divulgação. A Sra. Vera (CERH/RN) mencionou que os programa Pró-Água possui como um dos seus componentes a educação e mobilização em recursos hídricos, o que assim incentiva os estados envolvidos com o programa a terem áreas responsáveis pela educação ambiental. Lembrou que, especificamente no caso do estado do RN, desde 1996, foi dada a prioridade inicial de trabalhar as bases, ou seja: o incentivo à

criação das associações de usuários de água relacionadas aos sistemas de abastecimento das comunidades rurais tendo evoluído para as comissões gestoras dos reservatórios e que atualmente está se trabalhando à criação de comitês de bacias. A Sra. Teresa (Concessionárias) expôs experiência ocorrida na represa Billing, que envolveu a participação da sociedade para a limpeza desse corpo hídrico, fugindo assim de protocolos de educação ambiental no âmbito de escolas ou através de palestras. Diante do exposto sugeriu a execução de programas periódicos práticos, com visita a campo, que envolvam a comunidade. A Sra. Ana Teresa (MIn), complementou a sugestão da Sra. Teresa, enfatizando a necessidade de conscientizar a população quanto ao bem próprio que estariam perdendo. A Sra. Célia (SMA/SP) também apoiou a proposta ratificando a importância da vertente prática para a educação e capacitação em recursos hídricos. O Sr. Marcelo (IEMA/ES) indicou como proposta a elaboração de peças publicitárias orientativas sobre outorga, não se limitando aos aspectos de proteção ambiental. O Sr. Altamirano (CERH/BA) comentou que a outorga seria um instrumento pouco utilizado e que assim as peças publicitárias deveriam associar os demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Leonardo (ANA) sugeriu a capacitação dos analistas de outorga das autoridades outorgantes. Essa capacitação seria estendida aos órgãos de meio ambiente, para que possam entender o instrumento outorga. O Sr. Cláudio (ONGs) apresentou como sugestão a elaboração de um termo de compromisso com intuito de atingir a otimização do uso da água (uma meta), podendo estar vinculado a sua renovação. A Sra. Vera (CERH/RN) preveniu que a sugestão do Sr. Cláudio somente se viabilizaria com fiscalização, assim tomando-se difícil sua implementação. Ressalta-se que a fiscalização ainda está sendo discutida. O Sr. Leonardo (ANA) organizando as idéias já apresentadas sugeriu formas de capacitação, para diversos seguimentos, ou seja, para os analistas de outorga (curso de formação), para os usuários (cartilhas e documento vinculado ao recebimento da outorga) e para a sociedade, sendo respeitadas as demandas de cada seguimento. O Sr. Altamirano (CERH/BA) externou sua opinião quanto ao envolvimento das universidades nos cursos de formação dos analistas de outorga, considerando o perfil científico e pouco prático que possuem. Para tanto sugeriu que para os cursos dos analistas de outorgas fossem utilizados os próprios técnicos das autoridades outorgantes. Reiterou a necessidade do plano de capacitação e melhoria interna dos órgãos de recursos hídricos. O Sr. Leonardo (ANA) lembrou que a capacitação dos analistas de outorga deveria focar em modelos, rotinas de análise e legislação. Nesse momento a Sra. Leila (CERH/SP), presidente da câmara técnica, anunciou a necessidade de sua partida, assim confirmou a próxima reunião da CTPOAR para o dia 25/10 e a 1ª Reunião do GT Águas Minerais – CTAS/CTPOAR para o dia 24/10. Solicitou que a Sra. Célia (SMA) continuasse a condução da reunião, o que foi apoiado por todos. A Sra. Célia (SMA), com intuito de sincronizar as propostas apresentadas quanto a capacitação, resumiu: capacitação para três grupos, sociedade, usuários outorgados e analistas de outorgas que devem ter seus cursos proferidos pelos técnicos do órgão de recursos hídricos local, caso não seja possível por outros órgãos de recursos hídricos, sendo a última alternativa as Universidades, ressalvado quando o aspecto da capacitação for científico. A sequência foi justificada pela necessidade de uma visão mais ampla e adequada a realidade dos analistas citados. A Sra. Maricene (CERH/MG) enfatizou a importância das Universidades, citando o Projeto Aquífero Guarani, com seus intercâmbios e necessidades de consultorias de curto prazo. Também comentou da necessidade de serem repassadas noções básicas sobre o SINGREH, os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e suas integrações. A Sra. Teresa (Concessionárias) ratificou a importância da abordagem da legislação nas formas de capacitação. Acordaram como sugestão a criação de uma gerência com o objetivo de tratar sobre educação em recursos hídricos nos órgãos de recursos hídricos, conforme a ANA. O Sr. João (CERH/SE) lembrou da importância de todas as informações referentes ao assunto fossem disponibilizadas em

meio eletrônico, enfatizando a característica pública que a informação possui, bem como a formação do banco de dados. Exemplificou o fato citando a partir do Sistema Hidro inicialmente lançado pela ANEEL, estando agora sitiado no endereço eletrônico da ANA. Todos concordaram e ratificaram a necessidade da troca de informação dos bancos de dados entre os órgãos gestores de recursos hídricos e a determinação de um prazo para a consolidação da sugestão, o que viria também a fomentar o cadastro de usuários da ANA. Também apoiaram a proposta de todos os órgãos gestores de recursos hídricos descreverem seus procedimentos e rotinas. Finalizando as propostas sustentaram a necessidade de capacitação quanto a integração dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Como encaminhamento apontaram para a elaboração da minuta de ofício resposta a partir das discussões acontecidas, para uma melhor organização das sugestões a ser apreciado na próxima reunião da CTPOAR. As 17h20 a Sra. Célia (SMA) encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos e confirmando a próxima reunião da CTPOAR para o dia 25/10.

Ata aprovada na 47ª reunião, realizada em 21 de novembro de 2005.

LEILA DE CARVALHO GOMES  
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA  
Relatora da CTPOAR